

ATA NÚMERO 123/XIII/2.^a SL

Em 17 de maio de 2017, pelas 17.00, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 111 e 114;**
2. **Discussão e votação do relatório sobre o documento “Portugal na UE 2016”;**
Relatora: Jâmila Madeira (PS)
3. **Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 362/XIII/2.^a (PSD) - *Cria um Programa de Cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais para o Aproveitamento do Património Imobiliário Público;***
4. **Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.^a (GOV) - *Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) n.º 2015/849 – e da Proposta de Lei n.º 72/XIII/2.^a (GOV) - *Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/849 e executando o Regulamento (UE) n.º 2015/847;****
5. **Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.^a (GOV) - *Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881;***
6. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 310/XIII/2.^a – *Solicita a alteração da Lei 42/2016, de 28.12.2016 e Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista à definição de um valor fixo para os contratos de aquisição de serviços por ajuste direto.***
Cabe ao PCP.
7. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 315/XIII/2.^a - *Solicitam a prorrogação do prazo de entrega da declaração modelo 22, do IRC, bem como do prazo de entrega da IES.***
Cabe ao PSD.

8. **Definição das auditorias a solicitar, ao abrigo do n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental;**
9. **Discussão e votação do requerimento do PSD, sobre o “pedido do ponto de situação da auditoria à IGF”;**
10. **Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 80/XIII/2.ª (GOV) - *Altera o Código do Imposto Único de Circulação, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico;***
Cabe ao GP PS.
11. **Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 303/XIII/2.ª (PCP) – *Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação coletiva no setor público empresarial revogando as normas gravosas do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.***
Autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD).

17.30H

Audição com o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, sobre transferências para *offshores*.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 111 e 114

As atas 112 a 114 foram aprovadas por unanimidade, ao passo que a votação da ata 111 foi adiada para a reunião seguinte.

2. Discussão e votação do relatório sobre o documento “Portugal na UE 2016”;

Relatora: Jamila Madeira (PS)

A Senhora Deputada Jamila Madeira (PS) apresentou o relatório de que foi autora. A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) saudou a relatora. O relatório foi aprovado com os votos a favor de todos os GP, com exceção do PCP, que se absteve.

3. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 362/XIII/2.^a (PSD) - Cria um Programa de Cooperação entre o Estado e as Autarquias Locais para o Aproveitamento do Património Imobiliário Público;

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) fez uma intervenção inicial fundamentando a iniciativa e as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, notando que estas vão de encontro às opiniões da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Considerou que está em condições de ser votado favoravelmente por todos os GP e que há afinidades com o processo de descentralização em curso.

De seguida, teve lugar um debate sobre qual a Comissão competente para apreciar esta matéria, com intervenções dos Senhores Deputados Ricardo Leão (PS), João Paulo Correia (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e António Leitão Amaro (PSD). O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), por fim, declarou que O PS iria colocar por escrito uma proposta de trânsito deste processo para a 11.º Comissão, que tem a funcionar no seu seio um Grupo de Trabalho – Pacote Descentralização (GT PD).

Num momento posterior da reunião, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) informou que o GT PD em causa não funciona em sede de apreciação de iniciativas na especialidade mas para efetuar audições e entregar um relatório. Propôs suspender o processo de especialidade deste projeto de lei e solicitar ao GT PD para, no prazo de duas semanas, endereçar reflexões/comentários à COFMA, sobre esta iniciativa legislativa, facultando-se de seguida mais cinco dias para eventuais novas propostas de alteração. O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) aceitou a proposta, em nome do GP PS.

4. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.^a (GOV) - Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) n.º 2015/849 – e da Proposta de Lei n.º 72/XIII/2.^a (GOV) - Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/849 e executando o Regulamento (UE) n.º 2015/847;

5. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.^a (GOV) - Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881;

Foi consensualizado que as três iniciativas seriam apreciadas em sede do já constituído Grupo de Trabalho sobre o combate à criminalidade económica, financeira e fiscal.

- 6. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 310/XIII/2.^a – *Solicita a alteração da Lei 42/2016, de 28.12.2016 e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista à definição de um valor fixo para os contratos de aquisição de serviços por ajuste direto.***
Cabe ao PCP.

O PCP indicou o Senhor Deputado Paulo Sá.

- 7. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 315/XIII/2.^a - *Solicitam a prorrogação do prazo de entrega da declaração modelo 22, do IRC, bem como do prazo de entrega da IES.***
Cabe ao PSD.

O PSD indicou a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes.

- 8. Definição das auditorias a solicitar, ao abrigo do n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental;**

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) pediu o adiamento deste ponto. A Senhora Presidente sugeriu que os Coordenadores de GP fizessem circular as suas propostas por correio eletrónico. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), concordando, recordou a metodologia já seguida o ano passado – duas auditorias propostas por PS, BE e PCP (uma ao Governo e uma ao Tribunal de Contas) e duas auditorias propostas por PSD e CDS-PP (nos mesmos moldes).

- 9. Discussão e votação do requerimento do PSD, sobre o “*pedido do ponto de situação da auditoria à IGF*”;**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) apresentou o requerimento, sintetizando os argumentos ali expendidos e contextualizando o mesmo.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) interveio para notar que o PS considera muito relevante o relatório que está ser elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF). Recordou as várias audições já realizadas e defendeu que o PSD deveria utilizar a figura de “pergunta ao Governo”. Notando que a Assembleia da República não deve funcionar como pressão sobre a IGF e que o conteúdo é mais importante que o prazo, referiu que é importante ter uma perspetiva do prazo.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) afirmou que quando o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais declarou que o relatório seria conhecido em março ninguém encarou essa frase como pressão. Recordou a disponibilidade demonstrada pelo ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Paulo Nuncio.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sublinhou que o relatório foi pedido pelo Governo no final de 2016 e lembrou a previsão de março para conclusão do mesmo, não sendo tal encarado como pressão, realçando ainda que a IGF, em março, emitiu uma nota dando conta do ponto da situação do relatório. Considerou natural ter uma estimativa do prazo para conclusão do relatório.

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) sustentou que acredita que a IGF entregue o relatório assim que o terminar, recordando que a IGF alterou a tarefa e os métodos a utilizar, com a conforme alteração de data de conclusão.

O requerimento foi aprovado com os votos a favor e PSD, BE e CDS-PP e a abstenção de PS e PCP.

- 10. Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 80/XIII/2.ª (GOV) - *Altera o Código do Imposto Único de Circulação, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico;***
Cabe ao GP PS.

O PS indicou o Senhor Deputado Fernando Anastácio.

- 11. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 303/XIII/2.ª (PCP) – *Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação coletiva no setor público empresarial revogando as normas gravosas do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.***
Autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD).

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou o parecer em questão, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Audição com o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, sobre transferências para *offshores*.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, enquadrando a audição no requerimento apresentado pelo PS e aprovado em reunião da Comissão.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), Duarte Pacheco (PSD), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido individualmente às questões colocadas.

Ainda nesta ronda, os Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), Miguel Tiago (PCP), Cecília Meireles (CDS-PP) e Duarte Pacheco (PSD) efetuaram interpelações à mesa.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o ex-Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido ao conjunto das intervenções.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

Não havendo outros assuntos a discutir, a reunião foi encerrada às 21:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 17 de maio de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano
Maria das Mercês Borges
Miguel Tiago

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Galamba

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Sá